

Data Venia



Ana Maria Campos
camposanamaria5@gmail.com

Pacifico/CB/D.A. Press



OAB-SP promove ações contra o exercício ilegal da advocacia

O Departamento Jurídico da OAB-SP prepara ações civis públicas contra empresas que oferecem ilegalmente serviços jurídicos de advocacia. Uma denúncia que chegou à entidade revelou que duas empresas apresentam-se como consultoras em direito do consumidor e, na verdade, atuam como escritórios de advocacia. A OAB adotará providências para a proibição dos serviços, além de cobrar indenização por danos morais coletivos. O objetivo é combater o exercício ilegal da atividade praticado por pessoas físicas ou jurídicas que não sejam inscritas na OAB. Os procedimentos serão também encaminhados ao Ministério Público, para que seja apurada a conduta dessas empresas e de seus sócios, na esfera criminal, com cometimento de contravenção penal.

PCdoB é o partido com mais candidatos negros

O Novo é o partido com maior percentual de candidatas não negras nas eleições municipais. São 58,06%. Considerando os homens não negros, o PL é a legenda com mais registros: 56,4%. O PCdoB é o inverso. Entre as mulheres que vão concorrer neste ano, 70,19% são negras e entre os homens, 73,42%. Os dados foram divulgados pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

MP investiga novo golpe na praça

Criminosos tiveram acesso ao banco de dados da Secretaria de Saúde do DF para buscar o cadastro de portadores do HIV. Com essas informações confidenciais, eles praticaram extorsão: exigiram o pagamento de R\$ 1 mil em criptomoeda Ethereum para não divulgar para pais, cônjuge, companheiros e amigos que a vítima do golpe está contaminada com HIV. O Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT) cumpriu três mandados de busca e apreensão em São Paulo para embasar investigação conduzida pelo promotor Clayton Germano (foto), da 2ª Promotoria de Defesa dos Usuários de Saúde (Prosum) e chegar aos achadores.

Gustavo Moreno/CB/D.A. Press



Pauta dos Três Poderes



Caio Gomez/CB/D.A. Press

Depois da união em torno da preservação da democracia após o 8 de janeiro de 2023, os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário se sentaram para discutir regras de transparência na liberação de emendas parlamentares. A medida sinalizou uma evolução. Mais uma ação conjunta ligou ontem os presidentes da República, Luiz Inácio Lula da Silva, do Supremo Tribunal Federal, Luís Roberto Barroso, do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), e da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL): foi assinado em cerimônia no Palácio do Planalto o “Pacto pela Transformação Ecológica”. É a primeira vez que os Poderes da República se unem em torno da agenda ambiental e climática para definir um novo rumo de desenvolvimento econômico para o país.

Cada um no seu quadrado

O acordo entre Judiciário e Legislativo não agradou a todos os congressistas. Bolsonaroistas como a deputada federal Bia Kicis (PL-DF) reclamam do pacto e preferem cada poder no seu quadrado. “O papel do Legislativo é aprovar as leis e do Judiciário, julgar”, afirma.

Sogra e sogro são para sempre

O Superior Tribunal Militar (STM) anulou a pensão concedida a uma mulher que se casou com o sogro para receber o benefício previdenciário. A suposta fraude causou um prejuízo de R\$ 5,2 milhões aos cofres públicos, por 28 anos de pensão militar indevida. De acordo com a denúncia oferecida pelo Ministério Público Militar, o caso envolveu uma mulher hoje com mais de 60 anos, que se casou com um major reformado do Exército. Na época, ela tinha 37 anos, e o marido, 80. O aposentado era seu sogro, pai do marido já falecido, e avô de seu filho. Ainda segundo a denúncia, o único intuito do casamento era a pensão pela morte iminente do militar, que já estava em estágio avançado de câncer. Exatamente um ano após o casamento, ele morreu. Por maioria, os ministros do STM seguiram o voto vista do ministro Péricles Aurélio Lima de Queiroz. Prevaleceu o entendimento de que o casamento entre nora e sogro é nulo, segundo o art. 1.521, inciso II, do Código Civil. “Não é possível se casar com ‘ex-sogro’ ou ‘ex-sogra’. A regra se assemelha à proibição de casamento entre pais e filhos, sendo os sogros considerados pais por afinidade”, apontou o magistrado. A ré foi condenada por fraude a três anos e três meses de reclusão em regime inicial aberto.

Nova atribuição

O advogado Pedro Gonet Branco foi eleito pelo Superior Tribunal de Justiça Desportiva (STJD) para mandato de quatro anos como auditor de futebol. Entre as atribuições, estão processar e julgar as ocorrências em competições interestaduais e nacionais organizadas pela CBF e em partidas ou competições internacionais amistosas. Filho do procurador-geral da República, Paulo Gonet, Pedro é professor do IDP e diretor jurídico da Fiesp.

Instagram



Marcelo Ferreira/CB/D.A. Press

“As complexas circunstâncias enfrentadas pela sociedade brasileira exigiram e exigem a tomada de medidas céleres e assertivas para atenuar ou mesmo inibir conflitos ou a expansão inapropriada de confrontos, sempre nos termos do Estado democrático de direito e com observância das regras do devido processo legal. É neste cenário que o ministro Alexandre de Moraes desempenhou de forma legítima e com a seriedade que lhe é peculiar e que tive a oportunidade de ver, em primeira mão, quando juntos integramos a primeira composição do CNJ. Suas atitudes, pautadas pelo rigor, comprovaram-se valiosas na manutenção do Estado de Direito no Brasil”

Nelson Jobim, ex-presidente do STF